



**RELATÓRIO E
CONTAS
ANUAIS
2023**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2023

Nos termos da Lei e dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da REALTRANSFER - Instituição de Pagamento, S.A., com sede social na Rua Augusta, n.º 280, 3º andar em Lisboa, Portugal, com o capital social de Euros 600.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número pessoa coletiva 508 012 015, apresenta o Relatório & Contas referente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO & CONTAS DE 2023

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. Órgãos Sociais	4
2. Enquadramento MacroEconómico	5
3. Empresa	6
4. Sucursais no Exterior	7
5. Resultados e Situação Financeira	8
6. Controlo Interno	9
7. Perspetivas - Ano de 2024	11
8. Proposta de Aplicação dos Resultados	13
9. Reconhecimento	13
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	15
Balanço	16
Demonstração de Resultados	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa	18
Demonstração das Alterações do Capital Próprio	19
Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras	20
III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	45

I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a checkmark and several illegible marks.

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2023-2026.

Mesa da Assembleia Geral

Raul de Almeida Capela – Presidente

Alaíde Fidalgo Fernandes – Secretária

Conselho de Administração

Pedro Alexandre da Conceição de Mascarenhas Santos - Presidente com funções executivas

Vera Figueira Aires – Vogal com funções executivas

João Bettencourt da Camara – Vogal com funções executivas

Gilda Luz Hopffer – Vogal com funções executivas

Vasco Linhares de Lima Álvares de Melo – Vogal sem funções executivas

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda., representada por Miguel Nolasco Palma (ROC) – Revisor Oficial de Contas

Jorge Filipe Demérito Ricardo – ROC Suplente

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Após um ano de 2022 de notório crescimento para a empresa, mesmo com o início da guerra na Ucrânia e do conseqüente aumento da inflação, foi no ano de 2023 com a continuação de aumento das taxas de referência, o início do conflito Israelo-Árabe e a queda do governo, que se assistiu a um deterioramento das condições macro-económicas que levaram os resultados anuais da sociedade a ficar bastante aquém do esperado.

Em 2023 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,3% em volume, um valor muito aquém do registado em 2022 (6,7%) onde se registou um maior crescimento desde 1987. A procura interna, apesar de inferior ao ano anterior, representou um forte contributo para a variação anual do PIB, tendo-se verificado também uma desaceleração do consumo privado e do investimento, em parte fruto do aumento da taxa de desemprego para 6,4%.

A procura externa líquida também contribuiu de forma positiva para o valor de 2023, ainda assim com menos intensidade que o ano anterior, tendo-se registado uma desaceleração tanto das importações como das exportações, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Prevê-se um crescimento do PIB em 1,2% para 2024.

Na Zona Euro o PIB registou um crescimento de 0,4%, o mesmo registado na União Europeia, um crescimento muito inferior ao registado no ano de 2022, em que o PIB da Zona Euro cresceu 3,4%.

Como consequência da lenta recuperação das disrupções nas cadeias de logística globais, agravadas pelas sanções à Rússia e pelo ressurgimento recente da insegurança provocada pelos Houthis no golfo do Suez, registou-se ainda durante o exercício de 2023 uma taxa de inflação de 4,3%, apesar de significativamente inferior à de 7,8% registada em 2022. Associada a esta trajetória descendente da inflação estará a política de aumento das taxas de referência da Euribor por parte

do BCE que atingiram o seu máximo de 20 anos em Setembro último (4,5%), pressionando a inflação a baixar para os 1,4% em Dezembro e permitindo uma projeção de apenas 2,3% para 2024.

O sector do turismo, que é de extrema relevância para a economia portuguesa e em particular para os serviços de envio de fundos, registou em 2023 o melhor ano de sempre, com um aumento de 8,2% nas dormidas totais (+7 456,3 mil dormidas). O Algarve foi a única região do país que não atingiu ainda os valores pré-pandemia, registando um decréscimo no número de dormidas na ordem dos -2,5%. De acordo com o INE os maiores crescimentos foram registados na Madeira (+23,4%), Norte (+22,8%), Açores (+18,1%) e Alentejo (+14,8%).

Os valores deste setor já representaram 9,5% do valor total do PIB nacional em 2023, face aos 8% registados em 2022.

No que diz respeito às receitas, estas registaram um valor recorde de 25 mil milhões de euros, cerca de 37,4% mais que os valores registados em 2019, considerado o melhor ano de sempre para o Turismo em Portugal, antes da pandemia.

3. EMPRESA

Como referido anteriormente, o sector do Turismo a nível Mundial apresentou uma notória recuperação no ano de 2023, com os indicadores a revelarem-se todos muito positivos e superando já os valores pré-pandemia. Os valores crescentes registados no setor do Turismo tiveram um ligeiro impacto na operação da RealTransfer, com os proveitos *Cambiais Notas e Moedas* a subir ligeiramente, passando de 1.377.460€ em 2022 para 1. 526.892€ em 2023, registando assim um crescimento de 10% e registou um aumento de 60% se compararmos com os valores pré- pandemia de 2019 (609.748€).

Relativamente aos dois principais mercados externos para a empresa, Brasil e Angola, o Brasil parece ter conseguido estabilizar os distúrbios políticos que se fizeram sentir no seguimento da vitória do Presidente Lula da Sila em Outubro de 2022, tendo a economia brasileira crescido 2,9% em 2023, ainda assim abaixo do valor registado em 2022 (3%) mas bem acima da maioria das projeções (1%).

Já no que diz respeito a Angola, a recuperação sentida em 2021-2022 não se manteve em 2023 muito devido ao enfraquecimento do setor petrolífero e ao fim da moratória da dívida. Angola registou um crescimento de 0,5% em 2023 e uma inflação na ordem dos 20%, originada pela depreciação do Kwanza e por cortes nos subsídios aos combustíveis. Prevê-se, no entanto, uma recuperação do crescimento económico a curto prazo, impulsionado pela produção reforçada do petróleo, não se prevendo no entanto grande impacto nas contas da RealTransfer para o ano de 2024.

Apesar de todas as adversidades, a RealTransfer, mantém-se uma empresa sólida e com forte presença no mercado nacional, prevendo-se um ano de 2024 repleto de novidades ao nível de lançamento de novos produtos e serviços.

4. SUCURSAIS NO EXTERIOR

No final de 2023 a RealTransfer, dispõe de apenas uma sucursal aberta, que é a Sucursal de Espanha, mantendo-se o processo de encerramento iniciado anteriormente e perspetivando-se o encerramento definitivo em 2024.

7
u.
AA
AA
AA

5. RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os *Proveitos* totais da empresa durante o ano de 2023 (5.181.874,11€) apresentaram um ligeiro aumento, comparativamente aos valores registados em 2022 (5.144.083,22€).

No que diz respeito aos proveitos gerados pela reavaliação cambial em divisas estes tiveram um decréscimo de 8,7% em relação ao ano anterior e a reavaliação cambial em notas tiveram um aumento de 10% comparado com 2022.

Em relação às comissões, as mesmas acompanharam a tendência de subida das outras rubricas, registando um aumento de 20,3%.

Relativamente ao total de *Custos*, e apesar de todos os esforços para manter os mesmos constantes, estes registaram um aumento de 3,9%, passando de 4.892.595€ em 2022 para 5.085.776€ em 2023,

De realçar que durante o ano de 2023 houve uma redução importante do valor em dívida das empresas do Grupo, reduzindo o seu peso no Ativo da RealTransfer e reforçando a garantia da recuperabilidade integral das mesmas. Apesar dos esforços significativos em 2023 nesta matéria, será expectável uma redução bastante mais acentuada durante o exercício de 2024 fruto de uma iniciativa estratégica em curso.

6. CONTROLO INTERNO

A RealTransfer, realiza todas as atividades necessárias para garantir o planeamento e o controlo de gestão da empresa em matéria de riscos financeiros, nomeadamente a elaboração de Orçamento, dos Planos de Atividade, a escolha de objetivos e a apresentação dos Relatórios de Atividades. Desta forma, é possível sistematizar métodos e otimizar os recursos, bem como certificar todas as informações relevantes sobre o património, permitindo obter um conhecimento realista e em tempo útil, da situação económica e financeira da Instituição.

É ainda possível avaliar e controlar (informação dinâmica, comparativa, orientadora) o desempenho da empresa nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial, visando assegurar a execução da estratégia através da comparação dos resultados com os objectivos delineados, assegurando a regularidade fiscal e demonstrando a mesma perante os órgãos de administração e de fiscalização e assim contribuir para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno da Instituição.

O sistema de Controlo Interno da instituição é composto por três áreas distintas e autónomas, que são elas:

- **Gestão de Riscos;**
- **Auditoria Interna;**
- **Conformidade.**

A **Gestão de Riscos** trabalha essencialmente com base no Sistema de Gestão de Riscos da Instituição, implementado nos termos da Secção III do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, de 15/07/2020.

O Controlo do Risco é efetuado com base nos processos desencadeados por todas as áreas da RealTransfer, SA, incluindo os processos de elaboração de pricing (que inclui a análise dos mercados cambiais), gestão da liquidez (através da elaboração de mapas de controlo de liquidez), elaboração de mapas de *Research*

Macroeconómico (através da recolha de dados Macroeconómicos dos principais mercados). De toda a análise efetuada resulta assim uma hierarquização dos riscos materialmente relevantes, dando prioridade no acompanhamento de processos que envolvam maior risco.

Todo o controlo efetuado tem como objetivo a mitigação do risco de forma global, sendo que, sempre que um processo ou procedimento possa desencadear um risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no Capital, esse processo é analisado individualmente e são tomadas as medidas tidas como necessárias para a respectiva mitigação.

Também a **Auditoria Interna** desempenha um papel fundamental no controlo dos processos e procedimentos desencadeados dentro da instituição, sendo as visitas de auditoria efetuadas com regularidade a todas as áreas funcionais da empresa, com especial incidência na rede de balcões. Destas visitas resultam relatórios que contêm recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas, dando assim cumprimento ao Artigo n.º 23 do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal. Para além dos processos de auditoria propriamente ditos, cabe ainda a esta área o tratamento de todas as reclamações que chegam à instituição, quer por meio de registo em livro de reclamações físico, livro de reclamações eletrónico ou diretamente para o email da instituição, assim como a gestão de todo o processo de retenção de numerário suspeito.

Ao **Departamento de Conformidade** cabe a verificação do cumprimento de todas as normas, leis e regulamentos aplicáveis, com especial incidência na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no Financiamento ao Terrorismo, de acordo com o Artigo n.º 28 do Aviso 03/2020 do Banco de Portugal. Durante o ano de 2022 foram ainda elaborados e submetidos todos os reportes legalmente exigíveis, como é o caso do RPB (Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo). Importa ainda referir que a RealTransfer nomeou uma nova responsável de Conformidade, em substituição da anterior, no período em reporte, que se encontra ativamente em funções após aprovação do Banco de Portugal.

7. PERSPECTIVAS - ANO DE 2024

Tendo por base o ano de 2023, que demonstrou ser um ano de significativos desafios para a RealTransfer mas que se revelou um ano positivo, perspectiva-se que o ano de 2024 seja novamente um ano de crescimento a nível dos proveitos com o lançamento de novos produtos e serviços que virão impulsionar o negócio da empresa.

Pre vemos continuar a forte aposta que tem sido feita no corredor Brasil, dinamizando o nosso serviço com a introdução de novas formas de pagamento que nos permita oferecer um produto mais competitivo e diferenciado assim como, dinamizar o corredor de Angola.

Continuar a apostar na dinamização e otimização da nossa rede de Balcões, tornando-os mais atractivos e competitivos, através da administração de formação a todos os colaboradores, melhoria e aprimoramento das campanhas de Marketing, Publicidade e Comunicação, e continuação da aposta e foco na satisfação das necessidades dos nossos clientes.

Queremos continuar a diversificar a nossa oferta criando corredores próprios mais competitivos e que vão ao encontro da necessidade cada vez mais exigentes dos nossos clientes, perspectivando-se ainda um longo caminho até que estes corredores se encontrem plenamente estabelecidos.

Continuamos a considerar que as operações que realizamos através dos nossos parceiros, tanto os agentes como os correspondentes, são de extrema relevância para a RealTransfer e trabalhamos todos os dias para manter a boa relação que temos com todos eles e assim poder prestar aos nossos clientes uma oferta variada e competitiva no mercado dos pagamentos.

Relativamente à Rede de Agências da RealTransfer, a mesma tem vindo a ser alvo de reestruturação desde o final do ano de 2019, antes mesmo da existência do estado de pandemia generalizado na Europa, com o objectivo de manter o maior número de postos de trabalho e salvaguarda da solidez financeira da empresa ao

mesmo tempo que dinamizamos a sua organização. Caso surjam oportunidades relevantes, iremos aumentar a nossa Rede de Agências por forma a ir ao encontro das necessidades dos nossos clientes.

Continuaremos a apostar na consolidação da empresa, apostando na formação dos nossos Quadros por forma a elevar ao nível de excelência os nossos serviços e prosseguiremos o rigoroso controlo de custos que tem sido feito até aqui, tão essencial para a nossa continuidade e prosperidade.

Tendo cumprido o nosso objetivo para 2023, o de garantir a continuidade, estabilidade e crescimento da empresa e atingir os resultados positivos, colocamos agora como objetivo para o ano de 2024 a consolidação e robustecimento desse crescimento e melhoria.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas, reunidos em Assembleia Geral, que o resultado líquido positivo do exercício de 2023, no valor de **54.126,84€** (cinquenta e quatro mil cento e vinte e seis euros e oitenta e quatro cêntimos) seja transferido para a conta de **Resultados Transitados**.

9. RECONHECIMENTO

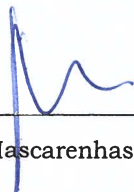
O Conselho de Administração quer manifestar o seu reconhecimento a todos os que no decurso do exercício económico em apreço, apoiaram a empresa e com ela colaboraram particularmente:

- Aos Bancos Centrais dos países onde desenvolvemos a nossa atividade, especialmente ao Banco de Portugal e seus técnicos, pela permanente disponibilidade e abertura no apoio à resolução das nossas dúvidas e interrogações;
- Aos acionistas Casa Campião e Ultra SGPS, pelo apoio, o interesse, apreço e disponibilidade sempre demonstrados;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela disponibilidade sempre revelada;
- Aos colaboradores da Sociedade pelo esforço, dedicação e leal desempenho demonstrados;
- À Caixa Económica Montepio Geral pelo apoio continuamente demonstrado como nosso parceiro de negócio;
- À DFK & Associados, SROC, Lda., nomeadamente ao Dr Miguel Nolasco Palma pela forma cuidada, profissional e colaborativa com que abraçaram este novo projeto;
- À Contabilista Certificada da nossa empresa;

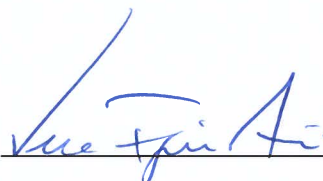
- Ao escritório de advogados Ferreira Pinto Cardigos, na pessoa do Dr. Rui Simões pelo apoio constante e permanente sempre dado à nossa empresa;
- A todos os colaboradores do nosso Agente NovaCâmbios que nos têm acompanhado nesta jornada e também ao novo Agente Casa Travassos.

Lisboa, 7 de março de 2024

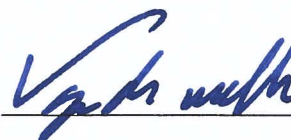
O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



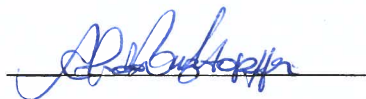
Vera Figueira



Vasco Linhares de Melo



João Bettencourt da Camara

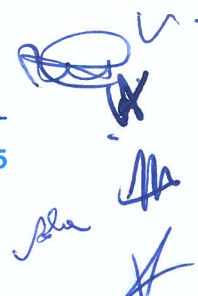


Gilda Luz Hopffer

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(A base de Reporte é Individual e todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)



BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2023

	Notas	Ano - Atividade Global			Ano Anterior
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	670.789,68		670.789,68	512.725,15
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	299.718,57		299.718,57	668.605,31
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	30.223,72		30.223,72	31.769,27
Aplicações em instituições de crédito	7	145.450,00		145.450,00	142.700,00
Outros ativos tangíveis	8	1.090.158,25	751.212,30	338.945,95	235.269,18
Ativos intangíveis	9	58.114,05	49.484,93	8.629,12	12.099,53
Ativos por impostos correntes	10	11.478,80		11.478,80	11.792,69
Ativos por impostos diferidos	10	52.215,14		52.215,14	67.173,72
Outros ativos	11	5.050.499,09		5.050.499,09	5.157.540,54
Total de Ativo		7.408.647,30	800.697,23	6.607.950,07	6.839.675,39
				Ano	Ano Anterior
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	12			383.864,18	500.000,00
Passivos por impostos correntes	10			21.568,03	29.192,20
Outros passivos	13			1.112.572,74	1.274.664,91
Total de Passivo				1.518.004,95	1.803.857,11
Capital					
Capital	14			600.000,00	600.000,00
Outras reservas e resultados transitados	15			4.435.818,28	4.265.104,89
Resultado do exercício				54.126,84	170.713,39
Total de Capital				5.089.945,12	5.035.818,28
Total de Passivo e Capital				6.607.950,07	6.839.675,39

Lisboa, 7 de março de 2024

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
 Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
 Vasco Linhares de Melo
 Vera Figueira Aires
 João Bettencourt da Camara
 Gilda Luz Hopffer

1-A-H-D
Vasco de Melo
Gilda Luz Hopffer

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De 31 de Dezembro de 2023

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	16	15,21	37,46
Juros e encargos similares	16	21.335,04	8.755,15
Margem Financeira		(21.319,83)	(8.717,69)
Rendimentos de serviços e comissões	17	518.153,01	430.619,38
Encargos com serviços e comissões	18	873.178,43	902.831,43
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	4.621.333,25	4.690.046,21
Outros resultados de exploração	20	(20.294,68)	(70.682,89)
Produto Bancário		4.224.693,32	4.138.433,58
Custos com pessoal	21	2.714.792,09	2.624.426,97
Gastos gerais administrativos	22	1.354.477,88	1.203.922,68
Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	23	64.769,90	58.595,46
Resultado Antes de Impostos		90.653,45	251.488,47
Impostos	10	(36.526,61)	(80.775,08)
Correntes		21.568,03	29.192,20
Diferidos		14.958,58	51.582,88
Resultado Líquido do Exercício		54.126,84	170.713,39

Lisboa, 7 de março de 2024

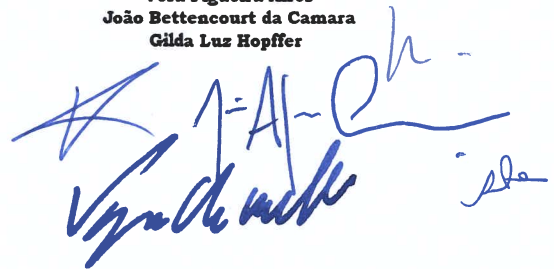
O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificadao N.º 93044



O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires
João Bettencourt da Camara
Gilda Luz Hopffer



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2023

	Notas	2023	2022
Atividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	17	518.153,01	430.619,38
Pagamento de comissões	18	(873.178,43)	(902.831,43)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	21 / 22	(4.069.269,97)	(3.828.349,65)
Resultados de reavaliação cambial	19	4.621.333,25	4.690.046,21
Caixa gerada pelas operações		197.037,86	389.484,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	10	(28.878,31)	(11.327,49)
Aplicações e recursos em IC's	7	2.750,00	1.200,00
Outros recebimentos/pagamentos		(76.549,85)	(197.156,82)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		94.359,70	182.200,20
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	158.788,42	54.512,25
Ativos intangíveis	9	6.187,84	2.272,15
		164.976,26	56.784,40
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(164.976,26)	(56.784,40)
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12	-	-
Juros e rendimentos similares	16	15,21	37,46
		15,21	37,46
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	116.135,82	0,00
Juros e gastos similares	16	21.335,04	8.755,15
		137.470,86	8.755,15
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(137.455,65)	(8.717,69)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(208.072,21)	116.698,11
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.324.030,46	1.207.332,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.115.958,25	1.324.030,46
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

Lisboa, 7 de março de 2024

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires
João Bettencourt da Camara
Gilda Luz Hopffer

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires
João Bettencourt da Camara
Gilda Luz Hopffer

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2023

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2021		600.000,00	612.908,25	3.256.672,23	642.158,79	(246.634,38)	4.865.104,89
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021	14	-	-	-	(246.634,38)	246.634,38	-
Resultado líquido do exercício de 2022	14	-	-	-	-	170.713,39	170.713,39
Saldo em 31 dezembro 2022		600.000,00	612.908,25	3.256.672,23	395.524,41	170.713,39	5.035.818,28
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2022	14	-	37.091,75	93.327,77	40.293,87	(170.713,39)	-
Resultado líquido do exercício de 2023	14	-	-	-	-	54.126,84	54.126,84
Saldo em 31 dezembro 2023		600.000,00	650.000,00	3.350.000,00	435.818,28	54.126,84	5.089.945,12

Lisboa, 7 de março de 2024

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires
João Bettencourt da Camara
Gilda Luz Hopffer

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires
João Bettencourt da Camara
Gilda Luz Hopffer

Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **REALTRANSFER – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A** (Empresa) é uma sociedade anónima em Lisboa, constituída em 14 de dezembro de 2007 e resulta de alteração da denominação social da *REALTRANSFER – Agência de Câmbios e Pagamentos, S.A.*.

Tem como objecto principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às instituições de pagamento e a prestação de serviços de transferências de dinheiro de e para o exterior.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de



contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2023 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.



i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da RealTransfer são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com

empréstimos ou em “Outros ganhos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.





3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são



reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.






3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.


A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

26



Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

3.10. Impostos


A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites

fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

286



4. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição, onde representa o valor detido nas Caixas dos Diversos Balcões:

Caixa	2023	2022
Moeda Nacional	316.154,80	265.639,94
Moeda Estrangeira	354.634,88	247.085,21
Total	670.789,68	512.725,15

5. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Disponibilidades OIC	2023	2022
Moeda Nacional	295.067,85	653.057,80
Moeda Estrangeira	4.650,72	15.547,51
Total	299.718,57	668.605,31

6. Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Ativos Financeiros	2023	2022
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	30.223,72	31.769,27
Total	30.223,72	31.769,27

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

7. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição e detalhe:

Aplicações em IC	2023	2022	Início	Fim	Taxa
Poupança Prazo 1	14.500,00	14.500,00	10-ago-17	14-set-24	
Poupança Prazo 2	33.600,00	33.600,00	10-mai-19	24-fev-24	0,5%
Poupança Prazo 3	18.500,00	18.500,00	18-set-20	18-set-24	
Poupança Prazo 4	37.600,00	37.600,00	27-jan-21	27-jan-24	
Poupança Prazo 5	40.250,00	37.500,00	14-set-21	14-set-24	
Poupança Prazo 6	1.000,00	1.000,00	21-dez-21	21-dez-24	0,5%
Total	145.450,00	142.700,00			



8. Outros Ativos Tangíveis

O movimento ocorrido em 2022 e 2023 para os Ativos Tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2022		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2022
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Edifícios	88.629,92	12.263,40	0,00	0,00	1.362,60	75.003,92
Obras em Edifícios	25.448,68	4.821,88	32.760,91	0,00	4.779,93	48.607,78
Equipamento	762.778,98	627.402,21	21.751,34	0,00	45.470,63	111.657,48
Total	876.857,58	644.487,49	54.512,25	0,00	51.613,16	235.269,18

	Saldo em 01jan2023		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2023
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Edifícios	88.629,92	13.626,00	0,00	0,00	1.362,60	73.641,32
Obras em Edifícios	58.209,59	9.601,81	11.884,18	0,00	6.541,80	53.950,16
Equipamento	784.530,32	672.872,84	79.516,94	0,00	44.496,30	146.678,12
Outros Activos Tangíveis	0,00	0,00	65.062,60	0,00	2.710,95	62.351,65
Activos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	2.324,70	0,00	0,00	2.324,70
Total	931.369,83	696.100,65	158.788,42	0,00	55.111,65	338.945,95

RESUMO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES	VALOR LIQUIDO EM 31/12/23
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	1.090.158,25	751.212,30	338.945,95



 30

9. Ativos Intangíveis

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2022 e 2023 foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2022		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2022
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Software	37.725,69	27.318,02	2.272,15	0,00	5.585,14	7.094,68
Trespasse	11.928,37	5.526,36	0,00	0,00	1.397,16	5.004,85
Total	49.654,06	32.844,38	2.272,15	0,00	6.982,30	12.099,53

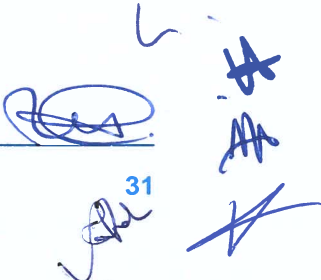
	Saldo em 01jan2023		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2023
	Valor bruto	Amortiz Acumul	Aquisições	Abate / Vendas Regularizações		
Software	39.997,84	32.903,16	6.187,84	0,00	8.261,09	5.021,43
Trespasse	11.928,37	6.923,52	0,00	0,00	1.397,16	3.607,69
Total	51.926,21	39.826,68	6.187,84	0,00	9.658,25	8.629,12

RESUMO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES	VALOR LIQUIDO EM 31/12/23
ACTIVOS INTANGIVEIS	58.114,05	49.484,93	8.629,12

10. Ativos e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos

O valor de **11.478,80€** de Activos por Impostos correntes é relativo ao Pagamento por Conta de IRC efectuado durante o de 2023, cujo o do valor irá ser abatido ao pagamento do IRC.

Activos por Impostos Correntes	2023	2022
PEC - Pagamento Especial por Conta	-	11.783,31
Retenções na Fonte	3,80	9,38
Pagamento por Conta de IRC	11.475,00	-
Total	11.478,80	11.792,69



O valor dos impostos referentes ao exercício de 2023 é de **36.526,61€**, resultante de um **Imposto Corrente de 21.568,03€** e de um **Imposto Diferido de 14.958,58€**.

Activos e Passivos por Impostos	2023	2022
Resultado Fiscal	109.586,69	311.623,24
Resultado Antes de Impostos (RAI)	90.653,45	251.488,47
Impostos Correntes	(21.568,03)	(29.192,20)
Impostos Diferidos	(14.958,58)	(51.582,88)
Total de Impostos	(36.526,61)	(80.775,08)
Resultado Líquido do Exercício	54.126,84	170.713,39

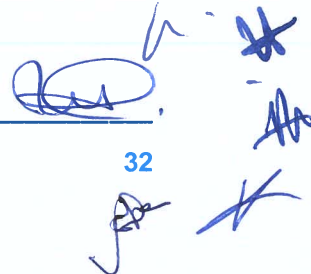
O cálculo do Imposto Corrente é de **21.568,03€** e o valor a pagar é de **10.089,23€**, depois de abatido o Pagamento por Conta de IRC e as Retenções na Fonte de **11.478,80€**.

Cálculo do Imposto Corrente	2023	2022
Matéria Colectável	38.355,34	62.324,65
Imposto a 17%	6.520,41	4.250,00
Imposto a 21%	-	8.608,00
Derrama 1,5%	1.643,80	4.674,35
Tribuição Autónoma	13.403,82	11.659,85
Total de IRC	21.568,03	29.192,20
Pagamento por Conta de IRC	(11.475,00)	-
Retenções na Fonte	(3,80)	(9,38)
PEC - Pagamento Especial por Conta	-	(11.783,31)
IRC a pagar	10.089,23	17.399,51

Apesar dos resultados negativos obtidos nos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2021 a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados.

Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

Nos cálculos dos impostos diferidos dos exercícios anteriores a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 21% sobre o prejuízo fiscal recuperável, este ajustamento é com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim



utilizar o crédito fiscal em causa. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a espetável para os exercícios futuros.

O valor total de **Ativos por Impostos Diferidos** registado desagrega-se da seguinte forma:

- Em 2023 o total era de **52.215,14€** e em 2022 de **67.173,72€**
- A Empresa deduziu na conta **Ativos por Impostos Diferidos** o valor de **14.958,58€**

Esta diminuição deve-se ao facto da empresa ter apresentado resultado positivo no exercício de 2023.

O valor de Ativos por Impostos Diferidos desagrega-se como se segue:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo Inicial	Dedução do Prejuízo Fiscal	Saldo Final
Saldo em 31.dez.2019	93.510,48		93.510,48
Dedução do prejuízo fiscal referente a 2019		(3.895,57)	(3.895,57)
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2020		(17.053,03)	(17.053,03)
Saldo em 31.dez.2020	93.510,48	(20.948,60)	72.561,88
Activos por Impostos Diferidos por Prejuízos Fiscais 2021		-	46.194,72
Saldo em 31.dez.2021	72.561,88	-	118.756,60
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2022		(51.582,88)	(51.582,88)
Saldo em 31.dez.2022	118.756,60	(51.582,88)	67.173,72
Dedução do crédito do prejuízo fiscal referente a 2023		(14.958,58)	(14.958,58)
Saldo em 31.dez.2023	67.173,72	(14.958,58)	52.215,14

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica detalha-se da seguinte forma:

Outros Ativos	2023	2022
Devedores e Outras Aplicações	3.340.005,36	3.393.015,40
Cauções Contractuais	27.000,00	25.000,00
SIBS	25.000,00	25.000,00
GALP Frota	2.000,00	0,00
Processos Judiciais	7.250,00	9.750,00
Proc.º 44245/21,DYLPEP	7.250,00	9.750,00
Outros Devedores Nacionais	3.259.623,49	3.312.133,53
ULTRA - SGPS, SA	2.655.859,57	2.704.359,57
NovaCâmbios Portugal	407.497,00	0,00
UltraServiços, Lda.	179.766,92	587.263,92
Casa Travassos, Lda.	16.500,00	20.510,04
Outros Devedores Estrangeiros	46.131,87	46.131,87
NovaCâmbios Angola	46.131,87	46.131,87
Outras Disponibilidades (Agentes e Correspondentes)	1.521.514,97	1.545.201,73
Ordens de Pagamento a Agentes/Correspondentes	424.150,47	1.545.201,73
NovaCâmbios Portugal - Valor Cativo (Procº BdP)	1.097.364,50	0,00
Adiantamentos a Agentes e Correspondentes	0,00	55.299,72
Adiantamento a Agentes e Correspondentes	0,00	55.299,72
Rendimentos a Receber	24.763,80	5.614,00
MoneyGram	5.162,47	4.391,81
SIBS	4.501,33	1.222,19
Outros Rendimentos	15.100,00	0,00
Despesas com Encargo Diferido	152.630,10	126.159,15
Seguros	14.558,44	10.408,91
Rendas	44.587,72	45.253,38
Cauções de Rendas	87.407,03	64.557,07
Outras Despesas Diferidas	6.076,91	5.939,79
Outras Operações a Regularizar	11.584,86	32.250,54
Falhas / Sobras de Caixa	-1.133,97	11.463,38
Documentos a aguardar Facturas	1.528,67	1.520,82
Outras operações activas a regularizar	11.190,16	19.266,34
Total	5.050.499,09	5.157.540,54

O saldo mais significativo é com o seu maior agente de envios para o Brasil (NovaCâmbios Portugal).

Em 2022 a RealTransfer apresentou uma proposta ao Banco de Portugal, onde irá participar no aumento de Capital Social na NovaCâmbios Portugal. O BdP já autorizou esta operação e o valor do aumento é de 1.097.364,50€. A RealTransfer passará a ser accionista da NovaCâmbios Portugal.

12. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC	2023	2022
de Outras Instituições de Crédito		
Millennium BCP - <i>Millennium FEI EGF</i>	383.864,18	500.000,00
Total	383.864,18	500.000,00

Em 6 de dezembro de 2022, foi celebrado contrato de crédito com o Banco Millennium BCP, ao abrigo da linha de crédito “Millennium FEI EGF” por um prazo de 5 anos.

13. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rúbrica detalha-se da seguinte forma:

Outros Passivos	2023	2022
Fornecedores, Estado, e Credores	762.332,92	957.244,77
Fornecedores	13.842,95	12.931,72
Fornecedores Residentes	13.842,95	12.931,72
Sector Público Administrativo	71.328,02	67.395,37
Segurança Social e Autoridade Tributária	71.328,02	67.081,75
Cobranças de Terceiros - Penhora de Vencimentos	0,00	313,62
Credores	677.161,95	876.917,68
Outros Credores	677.161,95	876.917,68
Credores em Suspensão	7.379,32	4.246,05
Outros Credores - Transferências de Valores	669.782,63	872.671,63
Encargos a Pagar	350.239,82	317.420,14
Férias, Subsídios de Férias e Encargos Sociais	260.866,86	266.191,20
Outros Custos de Pessoal a Pagar	10.689,44	36.841,11
Fornecimentos e Serviços de Terceiros a pagar	7.829,33	14.387,83
Outros Encargos a pagar	70.854,19	-
Total	1.112.572,74	1.274.664,91

O **Sector Público Administrativo** diz respeito aos seguintes impostos pagos em janeiro de 2023:

- Contribuições para a Segurança Social
- Retenções na fonte s/ Rendimentos do Trabalho e Prediais
- Imposto do Selo e IVA

Os **Credores em Suspense** são Ordens de Pagamento não reclamadas pelos Beneficiários.

Os **Encargos a pagar ao Pessoal** refere-se à responsabilidade da empresa à data de 31 de dezembro relativa aos encargos com as Férias, com os Subsídios de Férias e os respetivos encargos com a Segurança Social.

14. Capital

O capital social da RealTransfer, SA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por **600.000 acções nominativas**, com o valor nominal unitário de **1 euro cada uma**.

A empresa tem 2 pessoas colectivas como accionistas, e em 31 de dezembro de 2023 as suas participações no capital social eram as seguintes:

Accionista	(%) Capital	Valor
ULTRA - SGPS, S.A.	91,67%	550 000,00€
CAMPIÃO & C ^a , LDA.	8,33%	50 000,00€
Total	100,00%	600 000,00€

15. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e Resultados Transitados	2023	2022
Reserva Legal	650.000,00	612.908,25
Reservas Livres	3.350.000,00	3.256.672,23
Outras Reservas	4.000.000,00	3.869.580,48
Resultados Transitados até o ano de 2015	2.549.286,90	2.549.286,90
Resultados Transitados do ano de 2016	(1.503.593,30)	(1.503.593,30)
Resultados Transitados do ano de 2017	(128.106,71)	(128.106,71)
Resultados Transitados do ano de 2018	(378.067,56)	(378.067,56)
Resultados Transitados do ano de 2019	19.503,32	19.503,32
Resultados Transitados do ano de 2020	83.136,14	83.136,14
Resultados Transitados do ano de 2021	(246.634,38)	(246.634,38)
Resultados Transitados do ano de 2022	40.293,87	-
Resultados Transitados	435.818,28	395.524,41
Total	4.435.818,28	4.265.104,89

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do

capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a Reserva Legal está totalmente constituída nos termos da Lei.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor de Outras Reservas corresponde a reservas livres e estatutárias.

Por decisão da Assembleia Geral em **20 de abril de 2023**, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, onde foi deliberado que o resultado líquido positivo no montante de **170.713,39** Euros fosse transferido para Reserva Legal, Reservas Livres e Resultados Transitados.

16. Margem Financeira

A margem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhada como se segue:

Margem Financeira	2023	2022
Juros e Rendimentos Similares	15,21	37,46
Juros de Aplicações OIC	15,21	37,46
Juros e Encargos Similares	(21.335,04)	(8.755,15)
Juros de Empréstimos	21.335,04	8.755,15
Total	(21.319,83)	(8.717,69)

17. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	2023	2022
Serviços de Transferências	485.209,41	411.738,50
Serviços Monetários	31.986,64	18.880,88
Ouro	956,96	-
Total	518.153,01	430.619,38

18. Encargos com Serviços e Comissões

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Encargos com Serviços e Comissões	2023	2022
Serviços Bancários	121.076,10	128.547,07
Serviços de Transferências	752.102,33	774.284,36
Total	873.178,43	902.831,43

19. Resultados de reavaliação cambial (líquido)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentavam os seguintes saldos:

Resultados de Reavaliação Cambial (líquido)	2023	2022
Ganhos em Operações Financeiras	4.671.320,13	4.725.081,82
Perdas em Operações Financeiras	49.986,88	35.035,61
Margem das Operações Financeiras	4.621.333,25	4.690.046,21
Margem em Divisas	3.098.634,17	3.312.580,11
Margem em Notas	1.522.699,08	1.377.466,10
Margem das Operações Financeiras	4.621.333,25	4.690.046,21

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.





20. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	2023	2022
Outros Encargos e Gastos Operacionais	(46.646,84)	(89.472,06)
Quotizações e Donativos	8.525,03	5.970,54
Outros Encargos e Gastos	786,17	527,75
Multas e Outras Penalidades	18.652,50	538,25
Juros de Mora / Juros Compensatórios (IRC)	-	202,00
Gastos de Exercícios Anteriores	18.683,14	82.233,52
Outros Impostos	(11.827,55)	(4.591,00)
Imposto do Selo	5.915,66	3.676,67
IUC	421,58	403,58
IMI	173,20	171,49
Taxas	3.224,73	339,26
IVA	2.074,53	-
Outras Taxas	17,85	-
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	38.179,71	23.380,17
Indemnizações e Sinistros Recebidos (Seguro)	13.408,08	-
Rendimentos de Exercícios Anteriores	8.901,82	16.968,46
Cessação Revogação de Contratos	5.100,01	-
Prestação de Serviços de Gestão	10.000,00	-
Excesso por Estimativa de IRC	769,80	-
Outros Rendimentos e Receitas	-	3.051,01
Subsidio à Exploração - COVID 19	-	224,70
Subsidio à Exploração - IAPMEI	-	3.136,00
Total	(20.294,68)	(70.682,89)

21. Custos com o Pessoal

A empresa na rubrica de custos com o pessoal tem o seguinte detalhe:

Custos com Pessoal	2023	2022
Remunerações	1.555.670,77	1.400.706,71
Subsídio de Férias e de Natal	239.531,65	356.590,66
Encargos Sociais s/ Remunerações	419.259,79	409.904,81
Fundo de Compensação do Trabalho	180,74	641,28
Cedência de Pessoal	252.575,65	217.762,76
Subsídio de Refeição	164.308,32	134.891,08
Subsídio de Transporte	28.050,00	25.075,00
Seguro de Acidentes de Trabalho	14.174,08	12.927,78
Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	4.232,54	2.523,83
Seguro de Saúde	30.515,28	24.819,56
Indemnizações Contratuais	2.723,33	7.966,89
Fundo de Pensões - <i>Futuro</i>	1.928,94	2.206,25
Gastos com Acção Social	1.641,00	27.900,00
Caixa de Previdência dos Advogados	-	510,36
Total	2.714.792,09	2.624.426,97

O número médio de funcionários ao serviço em 2023 foi de **104**, no ano de 2022 foi de 96.

No final do ano de 2023 o número total de funcionários era de **105** e no ano de 2022 eram 103.

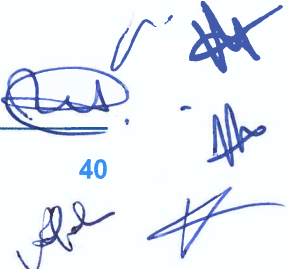
Os encargos sociais obrigatórios compreendem os seguintes custos:

- Descontos para o regime geral de segurança social
- Fundo de Compensação
- Encargos com Higiene e Segurança

Os outros custos com pessoal traduzem os seguintes custos:

- Cursos de formação profissional
- Transferência de pessoal
- Indemnizações contratuais
- Seguros

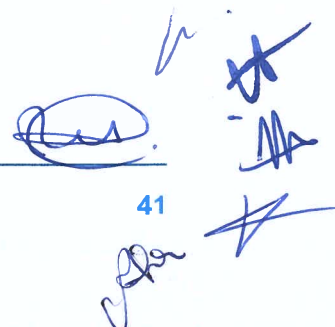
40



22. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2023, os gastos gerais administrativos totalizaram 1.354.477,88€ e repartiram-se da seguinte forma:

Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos	2023	2022
Água, Energia e Combustível	40.790,24	43.601,80
Material de Consumo Corrente	23.389,55	15.796,55
Material para Assistência e Reparações	1.340,37	1.130,15
Material de Higiene e Limpeza	4.547,14	3.177,15
Outros Fornecimentos	1.135,54	775,87
Total Gastos com Fornecimentos	71.202,84	64.481,52
Gastos Gerais Administrativos com Serviços	2023	2022
Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios	552.147,39	503.637,60
Aluguer de Espaços	28.025,78	26.358,30
Aluguer de Viaturas	9.501,96	9.952,84
Comunicações	48.594,34	48.922,65
Deslocações e Representação no País	88.126,74	81.629,75
Deslocações e Representação no Estrangeiro	16.470,00	42.874,38
Despesas de Representação	60.143,32	32.634,96
Publicidade	95.204,42	95.999,87
Conservação e Reparação	21.281,54	18.552,09
Transporte de Material	1.287,28	1.127,23
Formação Profissional	7.194,93	1.740,45
Seguros	22.348,79	18.040,20
Avenças e Honorários	97.576,50	47.418,24
Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	1.481,37	1.618,66
Serviços de Informática	159.099,00	169.767,40
Serviços de Segurança e Vigilância	29.292,66	19.297,08
Serviços de Limpeza	19.441,56	5.548,89
Serviços de Ligação de Dados	13.553,55	12.374,95
Outros Serviços Especializados	203,91	-
Outros Serviços de Terceiros	12.300,00	1.945,62
Total Gastos com Serviços	1.283.275,04	1.139.441,16
Total de Gastos Gerais Administrativos	1.354.477,88	1.203.922,68



23. Amortizações do exercício

Durante o exercício de 2023 e 2022, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

Ver Notas 8 e 9

Depreciações e Amortizações do Exercício	2023	2022
Ativos Fixos Tangíveis	55.111,65	51.613,16
Ativos Intangíveis	9.658,25	6.982,30
Total	64.769,90	58.595,46

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa tinha as seguintes Garantias Bancárias activas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

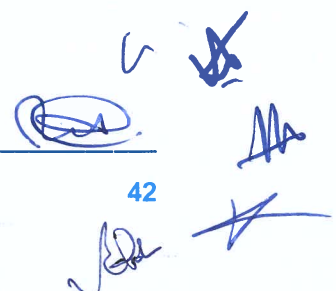
Instituição	Loja	2023	2022
Caixa Económica Montepio Geral	Rio Sul Shopping	20.397,96	10.509,78
Caixa Económica Montepio Geral	Gaia Shopping	-	18.981,26
Caixa Económica Montepio Geral	Forum Montijo	14.313,73	14.313,73
Caixa Económica Montepio Geral	Loures Shopping	33.593,08	33.593,08
Caixa Económica Montepio Geral	Forum Almada	18.360,48	18.360,48
Caixa Económica Montepio Geral	Algarve Shopping	37.519,30	37.519,30
Caixa Económica Montepio Geral	Via Catarina	40.223,88	37.427,88
		164.408,43	170.705,51

24.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apresenta o seguinte saldo de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Produto Financeiro	2023	2022
Millennium BCP	Financiamento à atividade empresarial	383.864,18	500.000,00
Caixa Económica Montepio Geral	Cartão de crédito com período free-float	647,32	-
		384.511,50	500.000,00

Ver Nota 12 - Recursos de Outras Instituições de Crédito



24.3. Partes Relacionadas

Os saldos e transacções entre as empresas do grupo do ano de 2023, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

Empresa	Saldo a 31/12/2022	Varição	Custos	Proveitos	Saldo a 31/12/2023
RT Namíbia	(4.889,00)	-	-	-	(4.889,00)
RT Angola	(512.724,85)	(4.298,14)	-	78.014,54	(517.022,99)
NC Portugal	1.426.585,72	741.982,63	490.977,92	-	2.168.568,35
NC Angola	(218.858,06)	151.538,25	-	26.459,22	(67.319,81)
Ultra SGPS	2.704.545,38	(49.949,53)	345.479,52	-	2.654.595,85
Ultra Serviços	594.601,49	(408.274,64)	97.620,47	-	186.326,85
Ultra Viagens	1.349,86	-	-	-	1.349,86
Casa Campião	14.282,21	32.296,84	13.751,01	-	46.579,05
Casa Travassos	-	45.571,47	5.405,09	-	45.571,47

25. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, além do mencionado acima, susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

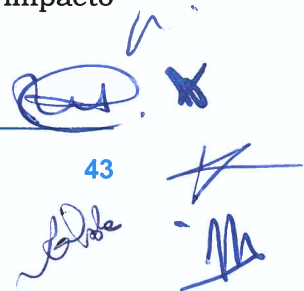
26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2023, a Empresa não efetuou transacções com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a RealTransfer não aplica a IFRS 16 – Locações, por considerar que a aplicação da mesma não tem um impacto materialmente relevante nas suas contas.



Lisboa, 7 de março de 2024

O Responsável pela Contabilidade



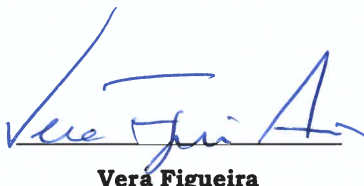
Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificada N.º 93044

O Conselho de Administração



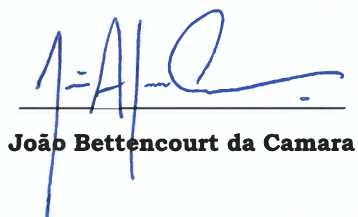
Pedro Mascarenhas Santos



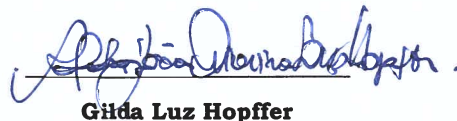
Vera Figueira



Vasco Linhares de Melo



João Bettencourt da Camara



Gilda Luz Hopffer

**III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL ÚNICO**

W L

PA H



REALTRANSFER – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2023

Sede Edifício Zenith | Rua Dr António Loureiro Borges nº 9/9A -10º | Arquiparque – Miraflores | 1495-131 Oeiras – Portugal | T.+ 351 213 243 490
| dfk.lisboa@dfk.com.pt | www.dfk.pt

DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda | NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social 482.700,00 Euros
Inscrição na OROC nº 149 | Inscrição na CMVM nº 20161460 | An Independent Member Firm of DFK International

A small, handwritten blue mark resembling a stylized 'W' or a checkmark, located in the bottom right corner of the page.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de 6.607.950 euros e um total de capital próprio de 5.089.945 euros, incluindo um resultado líquido de 54.127 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

A Certificação Legal das Contas do exercício de 2022, exercício comparativo, incluía uma reserva relacionada com a recuperabilidade de um montante a receber da entidade relacionada Ultra Serviços - Consultoria e Serviços, Lda, face à redução de atividade e indefinição estratégica daquela entidade no contexto do Grupo Ultra SGPS. No exercício de 2023 o referido saldo apresenta uma redução significativa do valor a receber.

A Entidade apresenta no seu ativo um montante a receber do seu acionista maioritário, Ultra SGPS, SA, no valor de 2.655.860 euros (2.704.360 euros em 2022). A Administração encontra-se a desenvolver um plano de reestruturação financeira do Grupo Ultra SGPS e, entende, que o valor indicado será integralmente recebido.

A rubrica, Outras disponibilidades (Agentes / Correspondentes), inclui um valor aproximado de 1.800.000 euros a favor da Realtransfer sobre a entidade relacionada Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA. Apesar do saldo em causa resultar de operações correntes de correspondente, entendemos referir que o valor mencionado inclui cerca de 1.100.000 euros, que estão em apreciação pelo Banco de Portugal, no contexto de uma proposta de conversão deste valor numa participação financeira sobre Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Miraflores, 25 de março de 2024



Miguel Nolasco Palma
(ROC n.º 1798, inscrito na CMVM sob o n.º 20161639)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2023, a atividade da *Realtransfer – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Miraflores, 25 de março de 2024

O FISCAL ÚNICO

Miguel Nolasco Palma
(ROC n.º 1798, inscrito na CMVM sob o n.º 20161639)
em representação da DFK & Associados, SROC, LDA